

# CadÚnico completa 25 anos como eixo da transformação social no Brasil



» **WELLINGTON DIAS**  
Ministro da Assistência e Desenvolvimento Social, Família e Combate à Fome

processo contínuo de qualificação dos dados que compõem o cadastro. O trabalho é coordenado no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (Suas). Cada ente tem papel definido: municípios coletam informações, estados apoiam a gestão local, e a União coordena, normatiza, supervisiona e ajuda a financiar. Esse modelo descentralizado garante a qualidade e maior precisão dos dados.

Com base nesses dados, 46 programas federais selecionam seus beneficiários. Entre eles, estão o Programa Bolsa Família, o Benefício da Prestação Continuada (BPC), o Pé-de-Meia — poupança de incentivo financeiro-educacional para alunos do ensino médio —, a Tarifa Social de Energia Elétrica, o Gás do Povo e o Minha Casa, Minha Vida. Estados e municípios também usam o Cadastro Único para as próprias políticas públicas.

O CadÚnico reduz fraudes, melhora o planejamento e garante que os recursos cheguem a quem mais precisa. As informações coletadas incluem renda, moradia, escolaridade e acesso a serviços básicos, entre outras. Em 2025, o novo sistema de Cadastro Único ampliou sua capacidade de buscar dados em outras bases do governo federal. Isso permite acompanhar mudanças na vida das famílias com mais rapidez.

O lema do Cadastro Único é “Conhecer para Incluir”. Sem informação sobre os mais vulneráveis, o Estado atua no escuro. Com essa informação, é possível direcionar políticas para os públicos mais vulneráveis e as regiões com maior desigualdade.

Por sua escala e êxito, o Cadastro Único enfrenta também desafios: a ampliação do

financiamento da rede do Suas, onde ocorre o atendimento à população; a garantia da cobertura em áreas remotas, como comunidades ribeirinhas e territórios rurais de difícil acesso; e a democratização dos avanços tecnológicos, que precisam chegar a todas as famílias de baixa renda, sem exclusão digital.

É por isso que nosso maior compromisso é levar o máximo de famílias para a classe média. Essa é a forma mais segura de garantir que o Brasil nunca mais volte ao Mapa da Fome. Queremos aproveitar a atual retomada econômica para criar as condições estruturais de ascensão social. O Cadastro Único é a ferramenta que permite identificar quem está pronto para dar esse salto — por exemplo, famílias cujos jovens concluíram o ensino médio e precisam de um primeiro emprego, ou microempreendedores informais que podem acessar linhas de crédito orientado, por meio do Acredita.

Neste mês de abril, os 25 anos do Cadastro Único serão marcados por atividades comemorativas em todo o país. No dia 15, uma cerimônia no Teatro Nacional Cláudio Santoro, em Brasília, reunirá gestores municipais, estaduais e federais. A data celebra uma rede de cooperação que conecta políticas públicas às famílias que delas necessitam. Sem esse elo, a redução da pobreza não ocorre na escala necessária.

A verdadeira celebração do Cadastro Único acontece todos os dias nos Centros de Referência de Assistência Social (Cras), nas comunidades ribeirinhas e nas periferias, onde ele promove o acesso a direitos. Conhecer para Incluir não é apenas um lema, é um método de construir justiça social.

» RAFAEL OSORIO

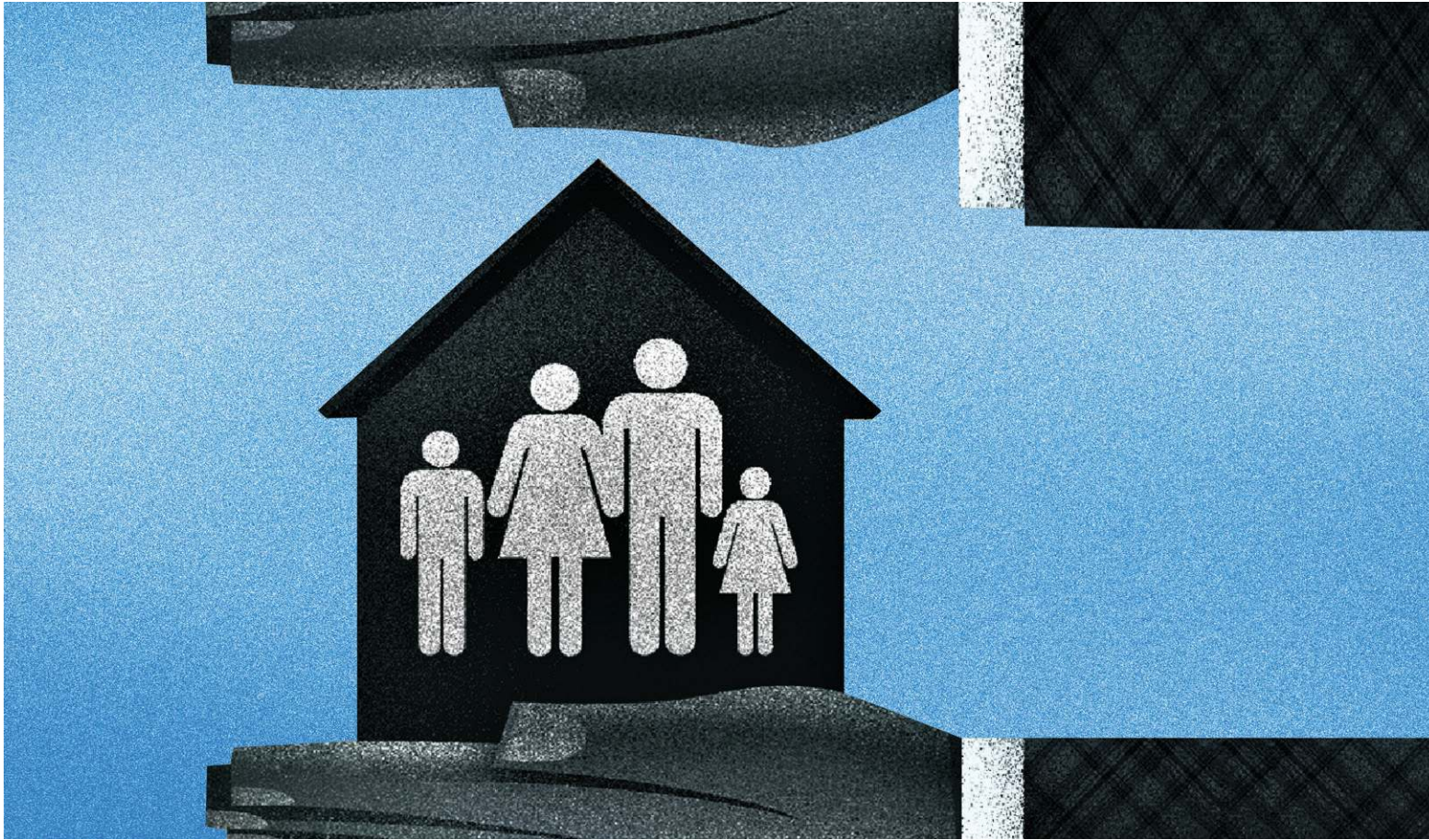
Secretário nacional da Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único

O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, ou CadÚnico, completa 25 anos em 2026. Desde a sua criação, tornou-se a principal base de identificação da população de baixa renda no país. Hoje, 42,2 milhões de famílias — cerca de 96 milhões de brasileiras e brasileiros — estão nele registradas. Isso representa quase metade da população brasileira, um retrato fiel da diversidade e das desigualdades do nosso país.

Criado em 2001 como um formulário para beneficiários de todos os programas federais de transferência de renda, o Cadastro Único ganhou escala a partir de 2003, com a criação do Programa Bolsa Família. Até então, cada programa mantinha o próprio registro de beneficiários. A unificação reduziu sobreposições e inconsistências, como resultado atualmente temos uma base de dados robusta e atualizada periodicamente.

A partir de 2005, o governo federal junto com os estados e os municípios iniciaram um

Maurenilson Freire/CB/DA Press



## A armadilha do produtivismo na agricultura moderna



» **MAURÍCIO ANTÔNIO LOPES**  
Pesquisador e ex-presidente da Embrapa

tropical e os ganhos contínuos de produtividade demonstraram que o conhecimento científico pode transformar radicalmente a capacidade de produção de alimentos. Em muitas regiões do mundo, esses avanços contribuíram para reduzir a fome e ampliar a oferta de alimentos.

Entretanto, à medida que o século 21 avança, torna-se cada vez mais evidente que essa trajetória encontra limites biofísicos que não podem ser ignorados. A produção agrícola depende de recursos naturais finitos — solos, água, clima estável, biodiversidade e o funcionamento equilibrado dos ciclos naturais. Quando esses sistemas são pressionados além de certos limites, sua capacidade de sustentar a produção de alimentos começa a se deteriorar.

É nesse contexto que se torna evidente a chamada “armadilha produtivista”. A ideia de que produzir cada vez mais, a custos menores, resolveria o problema da fome não se sustenta. A persistência da insegurança alimentar está muito mais associada à pobreza, à desigualdade e às falhas de acesso e distribuição do que à insuficiência global de alimentos.

Quando se transfere para a agricultura a responsabilidade por essas falhas, ela passa a operar sob pressão permanente para expandir a produção e reduzir custos. Essa pressão, por sua vez, entra em choque com exigências crescentes de sustentabilidade. A agricultura contemporânea precisa, simultaneamente, reduzir emissões, conservar biodiversidade, proteger água e solos, além de garantir renda aos produtores. Esperar que tudo isso seja compatível com alimentos permanentemente baratos é ignorar a complexidade do sistema.

O resultado é um impasse estratégico. Práticas mais sustentáveis muitas vezes são vistas como risco à segurança alimentar, enquanto modelos intensivos continuam sendo justificados

pela necessidade de garantir oferta e preços baixos. Esse enquadramento distorce prioridades e dificulta a transição para sistemas produtivos mais resilientes.

Por essa razão, torna-se cada vez mais necessário repensar o próprio enquadramento da segurança alimentar. Garantir que todas as pessoas tenham acesso a alimentos adequados é, antes de tudo, uma questão de organização social, política econômica e justiça distributiva. Sistemas eficazes de proteção social, políticas de renda, programas nutricionais e mecanismos que reduzam desigualdades podem desempenhar um papel muito mais direto na erradicação da fome do que simplesmente buscar aumentar indefinidamente a oferta global de alimentos.

Liberar a agricultura da expectativa de resolver sozinha o problema da segurança alimentar não significa abandonar a busca por eficiência e produtividade. Significa, antes, permitir que a ciência agrícola concentre seus esforços nos desafios que se tornam cada vez mais centrais neste século: a sustentabilidade dos sistemas produtivos, a conservação dos recursos naturais, a adaptação às mudanças climáticas e o fortalecimento da resiliência das paisagens agrícolas.

O avanço tecnológico continuará sendo um aliado essencial. Mas ele não substitui os limites ecológicos dentro dos quais a produção ocorre. Ignorar essa realidade pode levar a ganhos de curto prazo à custa de perdas estruturais no longo prazo. A agricultura do século 21 será definida menos pela capacidade de expandir indefinidamente a produção e mais pela habilidade de produzir dentro dos limites que garantem sua própria continuidade. Ir além do imperativo produtivista não significa abrir mão do progresso, mas criar condições para que ele se sustente ao longo do tempo.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha // circecunha.df@dabr.com.br



## Pedagogia do silêncio

Há, nas engrenagens mais discretas do poder, um movimento recorrente que raramente se anuncia de forma explícita, mas que se revela naquilo que deixa de ser dito, no que se oculta sob a justificativa da cautela administrativa, naquilo que se posterga sob o argumento da proteção institucional. Em regimes que se pretendem democráticos, onde a transparência não deveria ser apenas um adorno retórico, mas o próprio alicerce da legitimidade, o avanço do sigilo prolongado sobre informações de interesse público não pode ser tratado como expediente ordinário, mas como sintoma.

Os dados disponíveis, ainda que fragmentados, indicam um cenário que merece exame atento. Em um único ano, milhares de pedidos de acesso à informação foram submetidos a restrições prolongadas, muitos deles sob a justificativa genérica de proteção de dados pessoais. Em paralelo, estima-se que o volume de documentos sob algum tipo de restrição ultrapasse a casa dos milhões, abrangendo desde registros administrativos até informações relacionadas à execução orçamentária. Ainda que o ordenamento jurídico preveja salvaguardas legítimas para situações específicas, a ampliação desse mecanismo como prática recorrente desloca o eixo da exceção para a regra.

A Lei de Acesso à Informação foi concebida como instrumento de fortalecimento institucional e de ampliação do controle social, e baseia-se no princípio de que o sigilo deve ser sempre residual. Quando, no entanto, observa-se a manutenção de índices de negativa semelhantes entre diferentes administrações, independentemente de discursos de campanha que prometam inflexão, o que se impõe não é apenas a crítica circunstancial, mas a constatação de uma cultura administrativa que resiste à abertura.

No campo orçamentário, a opacidade ganha contornos ainda mais sensíveis. Estimativas apontam que, em anos recentes, dezenas de bilhões de reais foram alocados por meio de instrumentos cuja rastreabilidade permanece limitada, dificultando a identificação precisa de autoria e critérios de distribuição. Em determinados casos, municípios com população inferior a cinco mil habitantes figuram entre os destinatários de repasses milionários, o que, por si só, não configura irregularidade, mas exige, no mínimo, transparência proporcional à magnitude dos recursos envolvidos.

Em 2024, por exemplo, o volume total de emendas parlamentares ultrapassou R\$ 20 bilhões, número que evidencia a centralidade desse mecanismo na dinâmica fiscal contemporânea. A questão, portanto, não reside exclusivamente nos valores, mas na arquitetura que os sustenta. A ausência de critérios amplamente publicizados e a dificuldade de acesso a informações detalhadas fragilizam o controle social e ampliam a margem para distorções. Em democracias consolidadas, mecanismos de transparência ativa, publicação em tempo real, detalhamento de beneficiários e justificativas técnicas são considerados parâmetros mínimos. Quando tais práticas não se consolidam de forma sistemática, abre-se espaço para uma zona cinzenta em que a legalidade formal convive com a opacidade prática.

Há ainda um elemento temporal que agrava esse quadro. A imposição de sigilos extensos, que podem alcançar décadas, desloca a possibilidade de escrutínio para um futuro em que, não raramente, os responsáveis já não estarão mais sujeitos a qualquer tipo de responsabilização. Nesse intervalo, a informação perde sua potência fiscalizadora e se converte em registro histórico, incapaz de produzir efeitos concretos no presente. A máxima segundo a qual a justiça tardia se aproxima da negação da própria justiça deixa de ser apenas um aforismo e passa a descrever uma dinâmica institucional observável.

Não se trata, contudo, de um fenômeno isolado ou restrito a uma única gestão. A recorrência desse padrão ao longo do tempo sugere a existência de uma lógica mais profunda, na qual a transparência é frequentemente invocada como princípio, mas administrada como contingência. O discurso público reafirma sua centralidade, enquanto a prática cotidiana a submete a filtros, exceções e condicionantes que, pouco a pouco, redefinem seus limites.

Nesse contexto, o cidadão, formalmente titular daquilo que se convencionou chamar de coisa pública, vê-se diante de um paradoxo. Financia, por meio de tributos, a máquina estatal, mas encontra obstáculos crescentes para compreender sua operação em detalhes.

A persistência desse modelo não apenas compromete a eficiência do controle social, mas também alimenta um ambiente de desconfiança difusa. Onde a informação não circula com clareza, proliferam hipóteses, suspeitas e narrativas concorrentes, nem sempre ancoradas em evidências verificáveis. O resultado é um desgaste silencioso da própria ideia de legitimidade, que deixa de se apoiar exclusivamente nos processos formais e passa a depender, cada vez mais, da percepção pública de integridade.

Ao final, a questão que se impõe não é apenas jurídica ou administrativa, mas essencialmente política, no sentido mais amplo do termo. Trata-se de definir se a transparência será tratada como princípio estruturante ou como recurso circunstancial, acionado conforme a conveniência do momento. Em uma democracia que se pretende madura, essa escolha não deveria ser objeto de hesitação. Afinal, quando o silêncio se torna política, o que se compromete não é apenas o acesso à informação, mas a própria qualidade do regime que dela depende.

**A frase que foi pronunciada:**

A ausência de corrupção é assegurada pela transparência.

Liz Truss

## História de Brasília

Para uma situação como esta, é necessário que uma república forte dê um ensinamento aos desonestos, reprimindo os abusos para sempre, de uma vez.  
(Publicada em 17/5/1962)